



Caros associados,

Na próxima semana, o Congresso Nacional fará novo esforço concentrado para votação de questões consideradas importantes. Foi incluída na pauta do dia 2, do plenário do Senado, a PEC 63, que institui o Adicional por Tempo de Serviço da Magistratura e do Ministério Público. É importante que todas as lideranças regionais e presidentes dos Tribunais continuem os esforços no sentido de sensibilizar os senadores sobre a importância da valorização da magistratura.

Sabemos que existe uma tendência de aprovação da matéria pelos senadores, mas estamos cientes também de que o governo faz forte pressão para procrastinar a apreciação da PEC até ter forças para derrotá-la em plenário. Por isso, precisamos continuar unidos e firmes no propósito de colocá-la a voto nesse momento, em que temos angariado apoios entre os parlamentares.

A Comissão de Constituição e Justiça, também do Senado, poderá apreciar outra questão de interesse da magistratura. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 83/2008, que objetiva definir como crime a violação de direitos e prerrogativas do advogado, acrescentando essa disposição na Lei nº 8.906/94, o chamado Estatuto da Advocacia e da OAB.

Sobre esse projeto, a AMB preparou um ofício que será entregue no dia 1º a todos os membros da CCJ expondo os riscos da criminalização genérica de condutas, o que poderia levar a arbitrariedades e violações ao princípio da proporcionalidade. Da mesma forma que temos agido em relação à PEC 63, e às outras questões de interesse da magistratura, vamos conversar com os senadores, expor nossos pontos de vista e buscar, pelo diálogo democrático e aberto, defender nossos direitos e a valorização da

magistratura brasileira.

.
Boa luta!

João Ricardo